

JORNAL do Sint-UFG

ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - OUTUBRO/95 Nº 13

Assembléia de Servidores escolhe Plano de Saúde

Com a presença de mais de 300 servidores, realizou-se no último dia 03 de outubro a Assembléia Geral que discutiu as propostas de plano de saúde apresentadas pelo SGH, GEAP e UNIMED. A escolha recaiu sobre a GEAP, pois os servidores entenderam que este é o plano que oferece as melhores coberturas e que estão mais condizentes com a realidade financeira da categoria.

De agora em diante, o Sint-UFG vai procurar a Administração



Superior da Universidade, bem como a administração da GEAP, para

iniciar a formalização de um contrato entre as partes. A expectativa do

Sindicato é de que num curto período de tempo estes acertos já estejam concluídos.

Segundo a proposta aprovada, não existe obrigatoriedade de adesão ao plano da GEAP, ou seja, ele é optativo. Desse modo, quem já tiver o seu plano de saúde e desejar continuar com ele poderá fazê-lo sem maiores problemas. O Sint-UFG acredita que, com a decisão tomada, esse processo será finalmente agilizado, concretizando uma grande aspiração dos servidores da UFG.

EDITORIAL

“Brasil, Cai na Real”

Sob este tema geral, realizaram-se em todo o país, no dia 29 de setembro, manifestações populares em todo o país, organizadas pela Central Única dos Trabalhadores. O objetivo da entidade foi unificar as lutas, mobilizar a sociedade e debater propostas para as reformas populares. O eixo de luta abarcou um leque amplo de temas: luta por emprego, salário, educação, saúde, terra e crédito para a agricultura familiar e contra a reforma administrativa do Governo FHC.

As manifestações, passeatas, paralisações e atos públicos que aconteceram por todo o país no dia 29 demonstraram a insatisfação dos trabalhadores em geral, e do servidor público, em particular, contra a política de arrocho salarial, de desemprego e de entreguismo que está sendo praticada pelos mandatários encastelados no poder.

Como bem destacou o manifesto da CUT, “o governo corta verbas assistenciais e realiza uma política de liquidação do atendimento estatal na área da saúde e da educação. Privatiza estatais essenciais para o desenvolvimento do país e ataca direitos trabalhistas e os sindicatos. Os compromissos internacionais são cumpridos à risca. E as obrigações com os trabalhadores e a população caem no

esquecimento”.

“O conflitos sociais se multiplicam”, assinala ainda o documento, acrescentando: “Nas cidades, a violência impera. No campo, a situação desesperadora leva os trabalhadores à luta pela terra para trabalhar. O tratamento que recebem é o da repressão e até mesmo da chacina, como ocorreu em Corumbiara, Rondônia. A impunidade é a regra para os assassinos de trabalhadores rurais. A falta de uma política agrícola inviabiliza os pequenos e médios produtores, levando-os à falência, e propiciando uma concentração ainda maior de terras nas mãos de poucos. Falta comida, faltam alimentos, e falta incentivo para que produzam o básico”.

O manifesto também detém-se na reforma administrativa que está sendo preparada pelo governo. Ela levará - diz -

a uma piora ainda maior no atendimento da população e na qualidade dos serviços públicos. “A reforma pretendida pelo governo liquida direitos trabalhistas e promove demissões em massa. Uma política clara de exclusão da ampla maioria do nosso povo, de quem são retirados os mínimos direitos básicos”, denuncia.

O movimento Brasil Cai na Real serviu como alerta. Mais que isso: mostrou a indignação da sociedade diante de uma política criminoso que está sendo praticada contra os trabalhadores, donas de casa, estudantes e demais segmentos marginalizados. Brasil Cai na Real foi um grito uníssono de milhões de brasileiros que “exigem dignidade para quem faz o país”.



*Só a mobilização
poderá barrar
substitutivo da LDB de
Darcy Ribeiro*

Pág. 5

*Diretor da Fasubra
elabora estudo sobre
reforma do Estado*

Pág. 2

*Silvio Costa lança livro
sobre a história do
sindicalismo brasileiro*

Pág. 3

*Andifes posiciona-se
firmemente pela
autonomia universitária*

Pág. 6

O Estado e a reforma do seu aparelho

O diretor da Fasubra, Carlos Maldonado, fez um aprofundado estudo sobre o aparelho do Estado. Por falta de espaço, não poderemos publicar a íntegra do seu trabalho. No entanto, para se ter uma idéia desse estudo, reproduziremos os trechos que consideramos mais importantes. Confira:

"O Governo enviou, no dia 23/08/95, ao Congresso Nacional a primeira parte do Pacote da Reforma Administrativa do Aparelho de Estado. Nesta primeira parte da reforma foram apresentadas três emendas, porém, além de analisá-las, buscaremos estudar a proposta de reforma como num todo, levantando algumas idéias que nos possibilitem ter alternativas concretas para a disputa que se avizinha.

O MERCADO COMO PRESSUPOSTO

O Ministro da Administração e da Reforma do Estado, agora com o respaldo do Planalto, elegeu, para elaborar sua proposta, quatro pressupostos básicos:

- 1) o Estado de bem estar social, para ele, necessário na recomposição do capitalismo desde os pós-guerra (1ª e 2ª) esgotou as suas tarefas e possibilidades;
- 2) o Estado brasileiro está financeiramente falido não tendo, portanto, para ele, capacidade de seguir "fazendo", políticas públicas e sociais;
- 3) Os Espaços com capacidade de geração e ampliação das margens de lucro nas atividades "tradicionais" do mercado serão cada vez mais escassos e torna-se necessário criar novos espaços;
- 4) os teóricos do desenvolvimento do capitalismo apresentam os setores relativos às políticas sociais, em particular os da educação, saúde, ciência e tecnologia, como sendo as fatias de mercado mais promissoras e lucrativas do presente e do futuro "previsível".

Se analisarmos estes pressupostos chegamos pelo menos a 4 constatações:

- 1) no Brasil, o modelo de Estado de bem estar social nunca foi realmente implantado, pois não é à toa que somos campeões mundiais de má distribuição de renda;
- 2) face ao esgotamento das possibilidades de expansão dos setores lucrativos, o mercado, que precisou durante décadas da muleta do Estado para voltar a andar, necessita agora pillar este aparelho, construído com poupança pública, para dele extrair possibilidades de sobrevivência ou desenvolvimento;
- 3) em que pese o crescimento assustador do exército de miseráveis e excluídos das oportunidades sociais, a inesgotável sede de lucro do mercado abandona, por completo, a idéia de cidadania e promove um modelo de "desenvolvimento" que exclui a grande maioria da população.
- 4) é fato que o Estado brasileiro vive uma crise fiscal, no entanto, o problema está no que o ministro Bresser não fala: sonegação de tributos concentrada no empresariado e responsável por uma quebra de arrecadação que reduz a capacidade de investimento a pelo menos a metade do possível, evidenciando crescente, desvio de vultuosos recursos para socorrer trapalhadas típicas da iniciativa privada; são, entre outros, problemas centrais da falta de dinheiro para investimento nas políticas sociais.

Excessiva regulamentação das relações de trabalho no setor público

Por fim, como consequência desta proposta de reforma do aparelho de Estado, os executivos necessitam, para conduzi-la, de desregulamentar ao máximo as relações de trabalho no serviço público.

Nesse sentido o governo propõe nas emendas já apresentadas ao Congresso Nacional:

a) acabar com a obrigatoriedade do Estado estabelecer um regime jurídico único permitindo várias formas de contratação, o que permite, de um lado, a manutenção da relação atual no núcleo estratégico e, de outro, a total desregulação nos demais setores;

b) acabar com a obrigatoriedade do Estado em recrutar a força de trabalho através do mecanismo do concurso público, o que lhe permite dirigir o recrutamento para os interesses do governante de plantão, em detrimento dos interesses do Estado, deixando o funcionamento do mesmo à mercê de pessoas em detrimento do imprescindível critério da impessoalidade no que toca à administração pública;

c) nos casos em que se aplicar, ainda, o concurso público cria a figura do estágio probatório de cinco anos, ou seja, maior que o mandato do governante que contrata, o que lhe permite manter os recém recrutados como seus reféns pessoais, aumentando a sua capacidade de controle político sobre a máquina estatal;

d) "flexibiliza" a estabilidade dos funcionários públicos criando a figura de dispensa por excesso ou por insuficiência, ou seja, de um lado faz demagogia dizendo que quer garantir o emprego dos que são realmente bons, reservando-se o direito de demitir aqueles que "não merecem ser sustentados pelo povo"; de outro, acaba na prática com a estabilidade;

e) acaba com a idéia de isonomia salarial no setor público, criando assim mais um ingrediente de disputa profissional interna e de controle do governante que passa a poder manipular o salário de acordo com a sua "prioridade" política;

f) outros mecanismos auxiliares a essa política de controle absoluto do governo sobre o que restar da força de trabalho após a aplicação da política geral de transferência das funções sociais para o controle da iniciativa privada.

CONCLUSÃO

Como podemos constatar não estamos diante de um simples ataque conjuntural. Desta vez enfrentamos uma tentativa de alteração estrutural do Estado Brasileiro no âmbito da União, dos estados e dos municípios. Diante disso a CUT, enquanto a central que representa a esmagadora maioria dos funcionários públicos organizados em sindicatos nos mais variados ramos de atividade, tem responsabilidade de apresentar uma alternativa de funcionamento do Estado brasileiro a partir da perspectiva da classe trabalhadora.

Devemos, agora, resgatar nossa perspectiva de um projeto alternativo para o Estado brasileiro que viabilize a garantia das funções sociais de forma pública, gratuita, com qualidade e garantia da universalidade do acesso dos cidadãos e cidadãs comuns. Nesse sentido urge preparar os fóruns e as discussões que viabilizem a construção da proposta nacional da Central para este tema".

Nota aos membros do Conselho Universitário

Ao editar o decreto 1.590/95, publicado no Diário Oficial de 11/08, que determina a obrigatoriedade do cumprimento das 40 horas semanais, o governo havia, previamente, traçado a sua estratégia. Esta medida, na realidade, constitui-se em um balão de ensaio, na medida em que um dos objetivos principais foi o de testar a capacidade de mobilização, resistência e luta dos servidores. Por trás do discurso moralizante esconde-se o seu alvo central: aprovar o projeto de Reforma Administrativa. E qual a essência desse projeto: abrir as portas para a demissão dos servidores públicos. Deve-se acrescentar: todos os servidores públicos, incluindo, obviamente, os professores.

Essas considerações devem ser feitas ao se analisar a luta dos servidores pelas 30 horas. Além dos questionamentos legais que a envolvem, ela deve ser analisada, sobretudo, pela ótica política. Quando tenta quebrar a resistência dos servidores que lutam pelas 30 horas, de forma subliminar o governo está mandando uma mensagem a todos os servidores públicos do país: "Não tentem qualquer reação contra as reformas que desejo implantar, pois são irreversíveis e vou aprová-las uma a uma". Em outras palavras: as vozes palacianas querem que nos mantenhamos quietos, sem esboçar qualquer reação.

A tática empregada pelos poderosos, até agora, tem surtido resultado. Eles procuram fragilizar e dividir o movimento sindical. Usam e abusam da velha máxima militar: inimigo dividido, inimigo enfraquecido. Exatamente para não ser presa fácil deste jogo de xadrez matematicamente estudado, nós, servidores da Universidade Federal de Goiás, temos insistido à exaustão na necessidade da União e Mobilização dos diversos segmentos que integram a comunidade universitária. Estamos dirigindo, em especial, um apelo a todos os integrantes do Conselho Universitário para que analisem com muita seriedade, isenção e espírito crítico todas as nuances que envolvem a jornada de 30 horas.

Estamos convictos de uma coisa: o momento em que vivemos não é o de cassar conquistas, como o governo pretende fazer, mas de ampliá-las. Assim é que estaremos aprofundando o processo democrático brasileiro. Subtraírem conquistas é retroagir, retroceder, dar um passo para trás nas lutas travadas pelo movimento sindical. Por tudo isso, somos pelas 30 horas. Por esse direito continuaremos lutando até a vitória final.

Goiania, 22 de setembro de 1995
Sindicato dos Trabalhadores da UFG
(Sint-UFG)

UFG cria grupo aberto de estudo sobre álcool e outras drogas

Preocupada com a problemática do álcool e de outras drogas no interior da instituição, a Universidade Federal de Goiás instituiu no âmbito da Coordenação do Serviço Social da Procom uma equipe interdisciplinar para trabalhar no Programa de Prevenção e Tratamento do Alcoolismo e de outras Dependências Químicas e Recuperação da Saúde Mental. Uma das atividades do programa foi realizar trabalho com um grupo de alcoolistas.

Após muitas discussões e troca de experiências, decidiu-se pela criação do Grupo Aberto de Estudo sobre Alcool e Outras Drogas. A sua principal característica é permitir a participação tanto dos integrantes da comunidade universitária, quanto de outros profissionais de instituições e empresas públicas e privadas, bem como familiares de usuários e da comunidade em geral. Daí o seu nome "aberto".

O objetivo principal do Grupo é discutir e aprofundar o conhecimento sobre os problemas que envolvem o álcool e outras drogas. Nas



Grupo Aberto de Estudos de Alcool e outras Drogas

Local: Faculdade de Enfermagem e Nutrição - sala ao lado do Depto. de Nutrição
Horário: 14 horas
Dia: todas as 5ª feiras

Compareça!

reuniões, os dependentes químicos fazem exposição aberta sobre as suas dificuldades, possibilitando uma troca de auxílio entre os participantes, inclusive, os familiares destes. Busca-se com esse trabalho de equipe encontrar as melhores alternativas e soluções para os problemas, que repercutem na relação pessoal, familiar e laboral.

As reuniões são semanais e acontecem todas as quintas-feiras, às 14 horas, no 3º andar da Faculdade de Enfermagem e Nutrição.

EXPEDIENTE

Jornal do
Sint-UFG

Órgão de Divulgação do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

5ª Av., esq. c/ 227, S. Universitário - Goiânia-GO - Fone: 261-4465

Diretoria
Coordenador Sindical:
Paulo Guerra

Secretário Social:
Joaquim Leite de São José
1º Secretário de Finanças:
Júlio César Prates
Secretária de Imprensa e Divulgação:
Lucilene Fernandes Santana
Vice-Coordenador Sindical:
João Pires Júnior

Vice-Coordenadora Social:
Marilda Nogueira
2º Secretário de Finanças:
Pedro Batista da Silva
Assessor de Formação Política
Airvelton Machado
Jornalista Responsável:
Francisco Barros (Reg. 429/03/116)
Programação Visual:
Adriana C. Almeida
Coordenação Gráfica:
GRÁFICA KELPS - (062) 225-8116

"Os artigos assinados não representam, necessariamente, a opinião da diretoria do Sint-UFG"

Assembléia decide manter 30h para todos os servidores da UFG

Os servidores técnico-administrativos realizaram uma assembléia geral da categoria no último dia 27/09, quando discutiram, entre outros assuntos, a questão das 30h semanais. Confira as deliberações aprovadas:

□ Manter a deliberação aprovada na assembléia anterior, assegurando a manutenção das 30h para todos os servidores da UFG;

● Propor ao Reitor a instalação de uma mesa de discussão e negociação sobre jornada de trabalho;

□ Apoio à proposta de controle único da jornada de trabalho aplicado tanto aos técnico-administrativos quanto aos docentes;

● Elaboração de uma pauta de

reivindicações interna para discussão com a Reitoria;

□ Criação de um grupo de trabalho do Sint-UFG para discussão da Autonomia Universitária e Reforma do Estado;

● Reunião com os servidores contratados a partir de 1.992 para a discussão da carga horária.

A Fasubra está promovendo gestões junto à Andifes para manutenção da jornada de 30h nas instituições que praticavam esta carga horária. Esse pleito baseia-se nas tomadas de decisões dos servidores dessas universidades (UFBA, UFPA, UFG) e na autonomia administrativa das universidades.

A Fasubra também está discutindo



a elaboração dos pontos que vão compor as reivindicações da nossa data base. Vão figurar nesse documento questões como: - Plano de Saúde, Plano de Carreira,

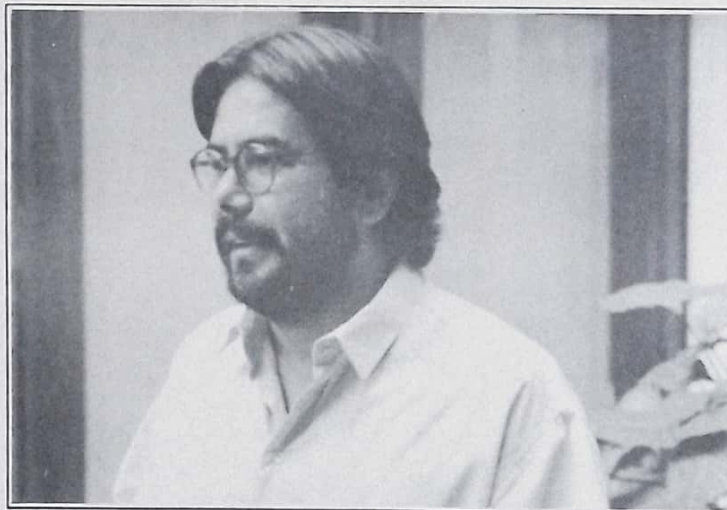
RJU, Jornada de Trabalho, Reposição das Perdas Salariais, Índice de Reajustamento Salarial e a Reforma do Estado, entre outros pontos.

Professor Lança Livro Sobre a História do Movimento Sindical

O professor da UCG e mestrando em filosofia política na UFG, Sílvio Costa, lançou recentemente no Teatro de Arena da UCG (Prédio da Reitoria), o livro "Tendências e Centrais Sindicais - o Movimento Sindical Brasileiro de 1978 a 1994". A princípio, a obra foi concebida originariamente como dissertação de especialização em política social (UCG) e política públicas (UFG). Mas atendeu, também, conforme revela o autor, uma necessidade de sistematização dos acontecimentos deflagrados a partir de 1978, com as greves no ABC paulista. "Procurei unir duas coisas: a necessidade acadêmica com a necessidade do movimento sindical de aglutinar numa mesma obra a história recente do sindicalismo brasileiro".

Na opinião de Sílvio Costa, o movimento sindical não pode ser dissociado do momento político nacional, tanto que influenciou e sofreu os reflexos da conjuntura do país. Para efeito de análise, ele classifica três períodos distintos: de 1978 a 1985, de confronto aberto com o regime militar; de 1985 a 1990, também de ofensiva e de intensificação das mobilizações; e de 1990 para cá, com a vitória eleitoral do neoliberalismo, representada pelos governos Collor/Itamar/FHC, apresenta uma nova característica: abrandamento das lutas, refluxo e crise.

O professor detém-se, ainda, nos impasses e perspectivas atuais do movimento sindical. Em sua opinião, os desafios colocados hoje decorrem de uma situação política bem mais complexa, que se apresenta no bojo do chamado neoliberalismo, consubstanciado na modernização da produção, aplicação sistemática da robótica e informática, que sem a redução da jornada de trabalho acarreta enorme crescimento do número de desempregados. Sílvio Costa detecta, além



Sílvio: A divisão trouxe consequências nefastas para o movimento sindical

disso, o que considera "uma grande ofensiva ideológica na mídia sobre os trabalhadores" para que aceitem passivamente, como inevitáveis, esses novos postulados da produção capitalista.

Crítico do plurisindicalismo, ele vê nessa medida um artifício que o governo atual está lançando mão para enfraquecer as organizações sindicais e com isso aprovar o seu projeto de "destruturação da economia nacional". Com o plurisindicalismo, observa, abre-se espaço para a criação de vários sindicatos por categoria e, até mesmo, por fábrica, a exemplo do que acontece em vários países da Europa, Japão e nos Estados Unidos. Sílvio Costa observa que hoje o sindicalismo ressent-se de um certo "imobilismo", porque a Força Sindical orienta sua ação na defesa dos interesses do governo e do patronato entre os

trabalhadores e a corrente majoritária na CUT (Articulação) privilegia a negociação e deixa em segundo plano o apelo à luta.

Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista com Sílvio Costa:

DIVISÃO SINDICAL

A divisão do movimento sindical em várias centrais só atende os interesses exclusivistas de grupos e correntes políticas partidárias. Ela é prejudicial ao conjunto dos trabalhadores. A divisão trouxe consequências nefastas para o movimento. Por exemplo: Pelo seu nível de mobilização, o movimento sindical poderia ter se engajado muito mais na campanha das "Diretas, Já!", caso tivesse uma postura unitária. Poderia até, quem sabe, ser vitorioso nessa luta. Mas, infelizmente, conseguiram nos impor uma transição conservadora. Essa foi uma saída que beneficiou o grande capital e a burguesia

nacional, associada à internacional.

CENTRAIS SINDICAIS

As centrais sindicais que existem hoje são consequência da disputa pela direção do movimento. Em 81, essa disputa iniciou-se na 1ª Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras) e levou à divisão, em 83, com a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Posteriormente, surge a CGT (Central Geral dos Trabalhadores), que foi cindida em duas: a Central e a Confederação. No início dos anos 90 cria-se uma outra central - a Força Sindical. Essa situação de divisão hoje existente na cúpula do movimento sindical atende apenas a interesses particulares e nada mais são do que uma consequência dos diferentes projetos político-partidários, nem sempre explicitados para os trabalhadores.

PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO

A CUT e a Força Sindical são as duas maiores centrais existentes hoje. São elas que vão disputar os espaços. De um lado, a Força Sindical representa o chamado neopeleguismo, pois difere do peleguismo tradicional, uma vez que tem uma postura ofensiva, mobilizando o trabalhador a atuar unicamente na defesa do seu salário. Ou seja, retoma a bandeira do corporativismo, ao mesmo tempo em que procura ser o braço sindical do governo, do patronato, afinada ao neoliberalismo. Por outro lado, temos a CUT, que pode vir a desempenhar um papel muito importante nos dias atuais, desde que supere algumas dificuldades, que a tem levado a um certo imobilismo, sobretudo no seu comando dirigente. A corrente majoritária, responsável pela direção da Central, privilegia a negociação nas câmaras setoriais em detrimento da luta. Isso tem criado uma contradição com as bases que reivindicam união e luta. Esse é o impasse que a CUT terá que resolver para desempenhar um papel importante na luta dos trabalhadores.

Balanço Contábil do Sint-UFG dos meses de maio e junho/95

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/05/95

DESCRIÇÃO DA CONTA	SALDO	DESCRIÇÃO DA CONTA	SALDO
CONTAS DE RESULTADO	15.458,01	Bens Nat. Per. Util. Despesa	665,90
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	15.458,01	Refeições e Tíx	2.005,43
RECEITAS DIVERSAS - SEDE SOCIAL	38.462,09	Manutenção de Imóveis	57,40
MERCADORIAS TRIBUTADAS	13.607,60	Encontros e Congressos	9.369,45
Vendas a Vista	12.346,80	Contribuições Sociais	15.131,43
Vendas a Prazo	1.261,80	Despesas por Doações	40,00
MERCADORIAS C/ICMS RETIDO	24.854,49	Taxas de Inscrições	325,03
Vendas a Vista	20.681,38	Despesas Jurídicas	706,48
Vendas a Prazo	4.173,11	Despesas Gerais Consumo	65,50
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	142.370,31	Material Esportivo	3.269,80
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	142.370,31	Locação de Ônibus	4.850,00
Contribuição Social	129.772,08	Publicidade e Jornais	3.020,55
Receita de Convênios	11.959,01	Outras Despesas	4.263,12
Convites/Aluguel	639,24	Material de Consumo Impresso	3.130,21
RECEITAS EVENTUAIS	1.028,51	Material de Consumo Computador	465,00
Receitas Eventuais	1.028,51	DESPESAS VENDAS - CLUB	-41.843,33
Outras Receitas	1.028,51	Despesas Eventuais	780,80
OUTRAS RECEITAS	24.578,77	Outras Despesas	1.480,48
RECEITA COMANDO DE GREVE	1.724,43	Manutenção Piscinas e Saunas	2.452,29
Rendimentos Financeiros	1.427,38	Gás de Cozinha	276,56
Outras Rendas	227,05	Taxas ECAD	646,60
RECEITAS FINANCEIRAS	22.854,34	Salários / Férias Gozadas	18.901,06
Rendimentos de Aplicações	8.559,68	Férias Inden. / Ind. Trabalhistas	1.452,62
Rendimentos de Poupança	193,29	INSS Encargos Empresa	4.630,40
Taxas e Operações conveniadas	13.995,57	FGTS	1.544,89
Recuperações Eventuais	105,80	Honorários Autônomos	6.450,82
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-32.378,68	Material Consumo e Expediente	35,90
ENTRADAS DAS MERCADORIAS	-31.741,46	Telefones e Telefonemas	518,20
COMPRAS TRIBUTADAS	-7.667,15	Fotocópias / Encad. / Serv. Gráficos	10,90
Compras a Vista	2.318,75	Limpeza e Conservação	463,01
Compras a Prazo	7.311,43	Combustíveis e Lubrificantes	17,00
(-) ICMS s/ compras	-1.764,03	Manutenção de Móveis e Utensílios	668,00
COMPRAS ISENTAS	-1.307,45	Bens Nat. Perm. Util. Despesa	204,00
Compras a Vista	257,00	Despesas Gerais / Cozinha	1.058,20
Compras a Prazo	1.049,50	Material Esportivo	50,80
COMPRAS COM ICMS RETIDO	-15.322,76	DESPESAS COMANDO DE GREVE	-3.114,68
Compras a Vista	11.490,35	Despesas de Viagens	195,00
Compras a Prazo	3.832,41	Despesas Fixas / Cartazes	540,00
COMPRAS DE CARNE	-6.653,70	Material Publicidade Impressa	196,00
Compras a Vista	1.923,23	Juros Empréstimos Obtidos	6,52
Compras a Prazo	3.730,47	Outras Despesas	2.059,06
COMPRAS DE CIGARROS	-1.590,40	Taxas de Inscrições	20,00
Compras a Vista	1.590,40	Refeições e Lanches	98,10
FRETES E CARRETAS	-636,22	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-6.156,48
Fretes a Vista	509,22	Taxas e Serviços Públicos	383,56
Fretes a Prazo	129,00	Multas/ Juros/ Cor. Monetária Tributos	274,66
DESPESAS	-158.600,99	Pis s/Folha	375,58
DESPESAS OPERACIONAIS	-102.400,77	Imposto de Renda s/ Aplicações	358,90
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-102.400,77	INSS Parcela Judicial	4.347,14
Salário / Férias Gozadas	18.030,13	ISSQ	416,64
Férias Indenizadas/ Inden. Trabalhistas	568,08	DESPESAS DE DEDUÇÕES DE VENDAS	-
INSS Encargo Empresa	4.278,35	ICMS s/ Vendas	2.546,28
FGTS	1.423,78	Colins s/ Vendas	769,24
Honorários Autônomos	5.343,31	DESPESAS FINANCEIRAS	-1.971,21
Serviços de Proc. de Dados	406,50	Taxas e Comissões Bancárias	315,45
Telefones e Telefonemas	2.399,35	Juros s/ Empréstimos Cap. Giro	62,09
Foto / Encadernação/ Serviços Gráficos	11.809,00	Juros s/ Pagamento em Atraso	87,82
Limpeza e Café	1.088,97	INSS Parcelado	1.505,65
Combustível e Lubrificantes	1.107,57		
Manutenção de Veículos	1.320,50		
Manutenção de Móveis e Utensílios	932,00		
Viagens e Estadas	2.699,00		
Despesas Postais	363,06		
Vale-Transporte	3.225,87		

Romilda Soares da Silva
CRC CT-5188



DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 30/06/95

DESCRIÇÃO DA CONTA	SALDO	DESCRIÇÃO DA CONTA	SALDO
CONTAS DE RESULTADO	32.759,72	Manutenção de Imóveis	147,40
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	32.759,42	Encontros e Congressos	9.905,04
RECEITAS DIVERSAS - SEDE SOCIAL	44.112,50	Contribuições Sociais	18.844,01
MERCADORIAS TRIBUTADAS	15.531,05	Despesas por Doações	40,00
Vendas a Vista	13.891,75	Taxas de Inscrições	325,03
Vendas a Prazo	1.639,30	Despesas Jurídicas	706,48
MERCADORIAS C/ICMS RETIDO	28.582,45	Despesas Gerais Consumo	65,50
Vendas a Vista	23.461,75	Material Esportivo	3.956,30
Vendas a Prazo	5.120,70	Locação de Ônibus	4.850,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	174.654,34	Publicidade e Jornais	3.212,55
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	174.654,34	Outras Despesas	4.801,22
Contribuição Social	160.824,87	Material de Consumo Impresso	3.287,41
Receita de Convênios	13.025,23	Material de Consumo Computador	465,00
Convites/Aluguel	804,24	DESPESAS VENDAS - CLUB	-50.902,65
RECEITAS EVENTUAIS	2.243,51	Despesas Eventuais	784,80
Receitas Eventuais	2.243,51	Outras Despesas	1.480,48
Outras Receitas	2.243,51	Manutenção Piscinas e Saunas	3.044,36
OUTRAS RECEITAS	44.935,79	Gás de Cozinha	342,40
RECEITA COMANDO DE GREVE	17.034,76	Taxas ECAD	747,92
Contribuições de Associações	14.499,28	Salários / Férias Gozadas	23.514,34
Rendimentos Financeiros	1.983,43	Férias Inden. / Inden. Trabalhistas	1.452,62
Outras Rendas	552,05	INSS Encargos Empresa	5.742,60
RECEITAS FINANCEIRAS	27.901,03	FGTS	1.920,31
Rendimentos de Aplicações	10.450,40	Honorários Autônomos	6.333,82
Rendimentos de Poupança	193,29	Material Consumo e Expediente	35,90
Taxas e Operações conveniadas	17.148,50	Telefones e Telefonemas	575,81
Recuperações Eventuais	108,84	Fotocópias / Encad. / Serv. Gráficos	130,90
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-	Limpeza e Conservação	507,01
ENTRADAS DAS MERCADORIAS	-40.153,65	Combustíveis e Lubrificantes	17,00
COMPRAS TRIBUTADAS	-10.595,04	Manutenção de Móveis e Utensílios	668,00
Compras a Vista	2.598,65	Bens Nat. Perm. Util. Despesa	204,00
Compras a Prazo	10.524,18	Despesas Gerais / Cozinha	1.185,75
(-) ICMS s/ compras	-2.527,79	Material Esportivo	214,60
COMPRAS ISENTAS	-1.597,34	DESPESAS COMANDO DE GREVE	-9.188,20
Compras a Vista	385,18	Despesas de Viagens	383,66
Compras a Prazo	1.212,16	Locação de Ônibus	2.050,00
COMPRAS COM ICMS RETIDO	-18.509,00	Combustíveis e Lubrificantes	373,80
Compras a Vista	13.591,43	Doações Contribuições Inter Sindical	100,00
Compras a Prazo	4.917,80	Ratificações/ Despesas	30,00
COMPRAS DE CARNE	-7.130,65	Despesas Fixas / Cartazes	1.110,00
Compras a Vista	2.431,39	Material Publicidade Impressa	196,00
Compras a Prazo	4.699,26	Juros Empréstimos Obtidos	16,81
COMPRAS DE CIGARROS	-2.321,59	Outras Despesas	4.157,04
Compras a Vista	2.321,59	Taxas de Inscrições	20,00
FRETES E CARRETAS	-736,11	Refeições e Lanches	750,89
Fretes a Vista	573,74	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-7.790,94
Fretes a Prazo	162,37	Taxas e Serviços Públicos	383,56
DESPESAS	-192.297,66	Multas/ Juros/ Cor. Monetária Tributos	591,63
DESPESAS OPERACIONAIS	-118.219,00	Pis s/Folha	458,28
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-118.219,00	Imposto de Renda s/ Aplicações	550,35
Salário / Férias Gozadas	21.375,90	INSS Parcela Judicial	5.240,85
Férias Indenizadas/ Inden. Trabalhistas	568,08	ISSQ	568,27
INSS Encargo Empresa	5.126,49	DESPESAS DE DED. DE VENDAS	-3.755,52
FGTS	1.710,08	ICMS s/ Vendas	2.8673,26
Honorários Autônomos	7.503,31	Colins s/ Vendas	882,26
Serviços de Proc. de Dados	506,50	DESPESAS FINANCEIRAS	-2.441,35
Telefones e Telefonemas	2.490,96	Taxas e Comissões Bancárias	356,17
Foto / Encadernação/ Serv. Gráficos	12.359,00	Juros s/ Empréstimos Cap. Giro	180,09
Limpeza e Café	1.459,46	Juros s/ Pagamento em Atraso	88,38
Combustível e Lubrificantes	1.336,12	INSS Parcelado	1.816,71
Manutenção de Veículos	1.452,50		
Manutenção de Móveis e Utensílios	1.852,00		
Viagens e Estadas	2.922,98		
Despesas Postais	486,55		
Vale-Transporte	3.831,80		
Bens Nat. Per. Util. Despesa	665,90		
Refeições e Tíx	2.185,43		

Goiania, 31 maio de 1995

Sindicato Trab. da Universidade Federal de Goiás

Romilda Soares da Silva
ROMILDA SOARES DA SILVA
CRC CT-5188

Goiania, 31 junho de 1995

Sindicato Trab. da Universidade Federal de Goiás

Fasubra recomenda mobilização para derrotar projeto de LDB de Darcy Ribeiro

A aprovação do Substitutivo Darcy Ribeiro, na Comissão de Educação do Senado, deixa claro que a única saída para os movimentos populares é intensificar a luta e a mobilização. Foi esse o sentido do lançamento da Campanha Nacional em Defesa da Educação, da CUT-Nacional, que aconteceu em Brasília, dia 20 de setembro. Esse fato representa um novo marco nesta luta em defesa da LDB democrática, e ainda, no embate à política educacional do governo, descompromissada com a educação

pública.

A Fasubra orienta as entidades a ela ligadas para que persistam nos contatos com os parlamentares em cada Estado. Deve-se denunciar a forma como foi feita a tramitação da LDB no Senado, bem como mostrar as suas implicações nocivas ao processo democrático de construção da LDB voltada para os interesses populares. Fasubra, Andes e UNE elaboraram uma carta que deve ser enviada pelas entidades aos parlamentares de cada Estado do País.

Confira a íntegra do documento:

Senhores e Senhoras Senadores,

A autonomia dos poderes constitui um dos pilares do Estado Democrático e a iniciativa legislativa é a demonstração última da autonomia do Poder Legislativo. Os últimos representantes do Poder Executivo têm se comportado como verdadeiros legisladores, seja através da edição frequente de medidas provisórias, seja pela apresentação de requerimentos de urgência urgentíssima para apreciação de projetos de sua autoria. Cabe salientar que na quase totalidade dos casos os preceitos constitucionais de urgência e relevância para a edição de MPs não existem. Constantemente o Poder Executivo utiliza o Legislativo como mero homologador de suas propostas, utilizando-se da urgência para impedir que essa Casa discuta as matérias com maior profundidade. Isto deve acabar. O Legislativo brasileiro deve tomar a frente das iniciativas cumprindo, de forma plena, o mandato que lhe foi concedido pelo voto popular.

Esta situação aconteceu novamente na Câmara dos Deputados e está prestes a se repetir no Senado Federal. Numa demonstração principesca o Executivo Federal apresentou naquela Casa requerimento de urgência para a apreciação do PL 426/95. O Projeto foi aprovado sem maiores discussões e encontra-se no Senado Federal sob o número PLC 1.067/95. A aprovação deste projeto constitui-se numa afronta ao trabalho de vários anos de tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que se encontra em fase apreciação pelo Plenário do Senado Federal.

Apointamos os seguintes elementos que justificam a rejeição do projeto em tela:

1. conflita com os princípios definidos no projeto de LDB - substitutivo Sen. Cid Saboya ao PLC 101/93, resultado de um democrático e exaustivo processo de discussão;
2. nada acrescenta à legislação atual (Lei 5.540 alterada pela 6.420) e afronta os avanços obtidos pela prática universitária;
3. conflita com o Artigo 207 da Constituição Federal ao impedir que as universidades exerçam sua autonomia para definir o processo de gestão e;

A partir destas considerações apelamos à V. Excelência para que não concorde com mais este atropelo no trato de questões referentes à educação que tramitam nessa Casa e vote contra o Projeto de Lei da Câmara 1.067/95. Com esta atitude V. Excia. estará dando uma demonstração ao País de que a educação realmente é uma prioridade nacional.

Fasubra Sindical - Andes SN - UNE

Sint-UFG convoca assembléia para discutir direitos dos aposentados

A retirada da vantagem do artigo 192, acarretou diminuição, em torno de 20%, nos salários dos servidores aposentados. Essa medida fere o direito adquirido desses trabalhadores. Em função disso, o Sint-UFG está convocando uma Assembléia Geral com os aposentados, que acontecerá dia 06/10, às 9 horas, na Faculdade de Enfermagem e Nutrição, para discutir a questão e definir a estratégia de luta a ser adotada.



Fasubra divulga Calendário de Atividades

DATA	HORA	EVENTO
05/10		Reunião da Comissão Especial - PEC 33-A/95 - Modifica o Sistema Nacional de Saúde - Participação da Fasubra
10/10		Reunião Gerenciamento Planejamento Estratégico da Fasubra
14/10		GT Carreira da Fasubra Sindical
15/10		DIVULGAÇÃO DO PACOTE MEC PARA EDUCAÇÃO Conferência Nacional sobre Educação - CNTE GT Carreira da Fasubra Sindical
16/10		Conferência Nacional sobre Educação - CNTE - continuação GT Carreira da Fasubra Sindical GT Políticas Sociais e Anti-Racistas Seminário Internacional sobre Avaliação da Educação - Rio de Janeiro - MEC
17/10		GT Carreira da Fasubra Sindical GT Saúde e Seguridade da Fasubra Sindical GT Políticas Sociais e Anti-Racistas da Fasubra Sindical Seminário Nacional sobre Avaliação da Educação - Rio de Janeiro - MEC Conferência Nacional sobre Educação - CNTE - continuação Prazo final para envio pelas entidades de subsídios à elaboração da pauta de reivindicações
18/10	10h 14h	Ato em Homenagem a Florestan Fernandes Ato em Defesa da Educação Reunião da Direção da Fasubra Sindical Reunião da Executiva do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública GT Saúde e Seguridade da Fasubra Sindical
19/10		Reunião da Direção da Fasubra Sindical Reunião das Mulheres Trabalhadoras da Fasubra Sindical Plenária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
20/10		Plenária Nacional da Fasubra Sindical
21/10		Encontro Nacional Unificado - FASUBRA, ANDES e UNE
22/10		Encontro Nacional Unificado - FASUBRA, ANDES e UNE

Universidade do Espírito Santo defende Autonomia Universitária

Os Conselhos Superiores da Universidade Federal do Espírito Santo aprovaram a "Decisão n.º 01/95", que é um verdadeiro brado em defesa da autonomia universitária. Após repudiar o Projeto de Lei n.º 1.067, assinala que esse projeto, além de marginalizar parcela importante do corpo docente, também discrimina estudantes e funcionários ao lhes impor um peso menor no processo de escolha de reitor. Confira a íntegra da Decisão n.º 01/95:

DECISÃO N.º 01/95

Os conselhos Universitário, de Ensino, Pesquisa e Extensão e de Curadores da Universidade Federal do Espírito Santo, reunidos no dia trinta de agosto de mil, novecentos e noventa e cinco, repudiam o Projeto de Lei n.º 1.067, em tramitação no Congresso nacional por entenderem que ele fere a Autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior, prevista no Artigo 207 da Constituição Federal. Ao determinar, de forma antidemocrática, a escolha de Reitor,

o projeto supracitado marginaliza parcela importante do corpo docente, ao limitar a escolha aos docentes que possuam titulação máxima, marginaliza também, as demais categorias (estudantes e funcionários) ao lhes impor um peso menor nesse processo, como se a participação desses segmentos nas diversas atividades universitárias fosse inferior. Essa lógica perversa divide a Comunidade Universitária diante de questões hoje essenciais para o desenvolvimento de nossas universidades. Os Conselhos Superiores repudiam, também, a ação dos Deputados Federais, notadamente os do Espírito Santo, que votaram pela aprovação do referido projeto de Lei.

Por uma Universidade pública, democrática, gratuita, de qualidade e socialmente comprometida.

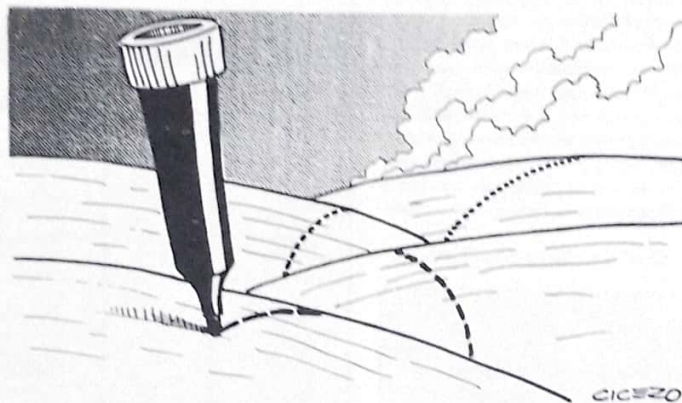
Sala de Sessões, 30 de agosto de 1995
Roberto Cunha Penedo
Presidente

Andifes posiciona-se firmemente pela Autonomia Universitária

A Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) elaborou documento no qual estão contidas as propostas da entidade "Pela Autonomia Universitária". Ele faz um breve histórico sobre esse tema e considera as implicações da Autonomia Universitária para todos e cada uma das Instituições Federais de Ensino Superior, especialmente no quadro das reformas político-administrativa.

O documento também inclui diversos elementos que poderão estimular e subsidiar estudos e debates sobre as diferentes perspectivas de Autonomia Universitária, com vistas a uma posição afirmativa e propositiva de longo alcance para a realização da missão das IFES, como peculiares instituições de direito público, na perspectiva da democratização e do desenvolvimento sustentado do país.

Refletindo o pensamento dos dirigentes das IFES, reafirmado na 15ª Reunião Plenária, em Canela (RS), o documento assinala que é consensual a rejeição à proposta do Ministro Bresser Pereira, de transformação das IFES em organizações sociais, não-estatais, de direito privado. Mesmo facultativamente, essa proposta se contrapõe à concepção



de um sistema nacional público de educação superior, que precisa ser fortalecido.

O Plenário, também, rejeita esta proposta para os Hospitais Universitários, cuja autonomia de gestão administrativa e financeira deve ser considerada no contexto da autonomia das universidades. "Ao atribuir caráter não-estatal às IFES, a proposta desvirtua o sentido da educação

pública, descompromete o Estado com seu funcionamento e, por outro lado, cria condições para a privatização dos recursos alocados pelo orçamento público à educação", comenta.

A Andifes posiciona-se firmemente pela autonomia universitária. "Não se pode perder a oportunidade histórica de aprimorar a gestão das instituições universitárias de ensino superior, para

viabilizar projeto acadêmico de grande valor social. O plenário manifesta-se por um modelo de autonomia que respeite o caráter público e gratuito das IFES, cumpra os preceitos constitucionais de educação para todos, de gestão democrática e de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, preserve o sistema federal de educação superior, garanta o financiamento público à educação de qualidade e valorize os profissionais da educação", assinala.

Para as universidades federais brasileiras, a autonomia expressa-se pela conquista de ampla liberdade acadêmica e pelas garantias de condições materiais e humanas para que o sistema federal de educação e as suas instituições, sejam cada qual preservadas, cumprindo seus indissociáveis objetivos de ensino público e gratuito, de pesquisa e de extensão, dentro dos desejáveis padrões de qualidade e equidade. Neste sentido, na construção de um projeto acadêmico, autonomia e avaliação institucional tornam-se processos complementares e interrelacionados, devendo estes, além de parâmetros de qualidade acadêmica universalmente reconhecidos, levar em conta as necessidades do desenvolvimento social e econômico, bem como os desafios da superação das desigualdades sociais e regionais.



TIVIDADES SOCIAIS

Sem desconto em folha

Não haverá mais desconto em folha de pagamento, em relação as despesas efetuadas na Sede Social do Sint-UFG. Agora os usuários devem adquirir fichas de consumo diário. Serão aceitos cheques pré-datados a partir do dia 10 de cada mês, para descontar no adiantamento, ou cheque a partir do dia 15, para ser descontado no pagamento.

Hidroginástica em novo horário

Foram abertos novos horários para prática da hidroginástica, devido a nova iluminação colocada junto às piscinas. Estão sendo oferecidos os seguintes horários, com o Professor Luiz Antônio: Quarta/sexta - das 17 às 18 horas e terça/quinta, das 17 às 18h10 ou das 18h15 às 19h15.



Programação Especial para o Dia da Criança

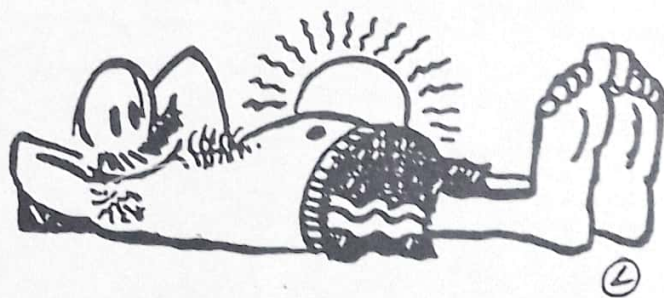
Na sede social do SINT-UFG, no próximo dia 12, DIA DA CRIANÇA, será realizada uma programação especial. A garotada vai se divertir com brincadeiras diversas, animadas por palhaços e mágicos. Além disso vão poder tomar suco e comer muita pipoca.

Dia de Lazer

Em todos os primeiros sábados e terceiro domingo de cada mês, a Coordenação Social do Sint-UFG, em convênio com a Secretaria de Esporte e Lazer, da Prefeitura de Goiânia, promoverá o DIA DE LAZER. Neste dia serão realizadas várias atividades esportivas como competições de voley, peteca, perna de pau, bambolê, além de brincadeiras, gincanas, pinturas, colagens, mini-concursos, jogos relâmpagos e, até, direito a premiações. Este ano as atividades estão previstas para os dias 7 e 22 de outubro, e 4 e 19 de novembro.

Carteira de Identidade Sindical

Todos os associados do Sint-UFG devem fazer suas Carteiras de Identidade Sindical e dos seus dependentes. O interessado deve comparecer à sede



administrativa ou social do Sindicato e preencher a ficha de atualização dos dados cadastrais. As carteiras dos sócios titulares, (exceto os novatos), estão prontas.

Alertamos que a carteira de identidade sindical, permite a sua participação em todas as atividades do Sindicato.

Vencedores do Campeonato de Futebol de Campo

Venceram o campeonato de Futebol de Campo, que levou o nome da Diretora Marilda Ferreira da Silva Nogueira, realizado no mês passado, na Sede Social do Sint-UFG, as equipes: Pé Inchado, da

Escola de Agronomia, que tirou o 1º lugar, e a equipe Grêmio, da Vigilância da UFGO, 2ª classificada.

Time de Futsal Feminino inicia treinamentos

O time de Futsal Feminino do Sint-UFG, iniciou seus treinamentos. O trabalho está sendo realizado em conjunto com a Prefeitura de Goiânia. O time vai participar do torneio FUTEBOL DE GAROTAS, patrocinado por Elas Filmes do Brasil. O torneio vai contar com a participação de trinta equipes.